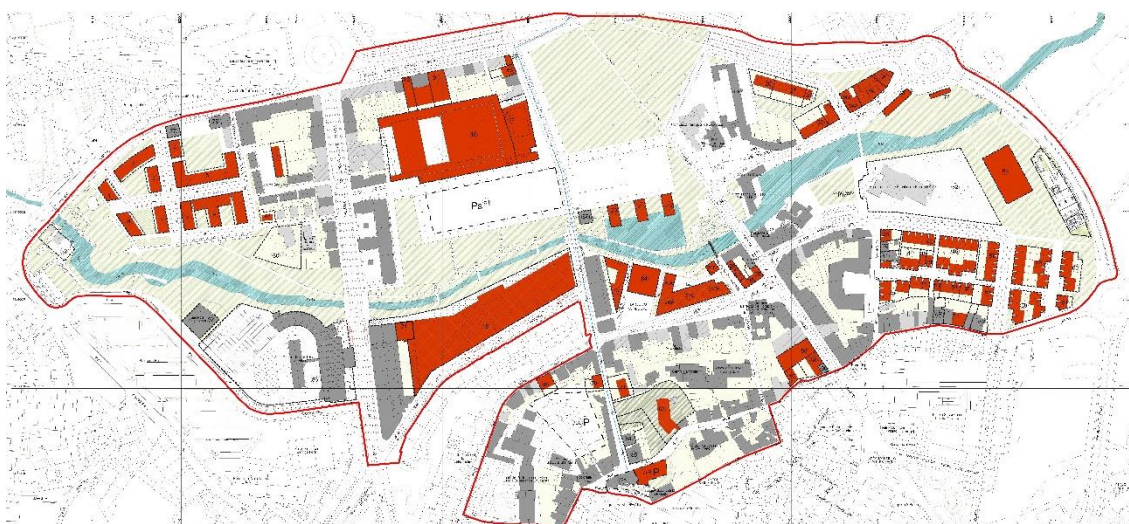




MUNICÍPIO DE  
VISEU

### **3.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ENVOLVENTE URBANA DO RIO PAVIA - UOPG 1.5**



**NOVEMBRO 2018**

### **RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 3  |
| 2. ENQUADRAMENTO LEGAL .....   | 3  |
| 3. ANTECEDENTES .....  | 5  |
| 4. PONDERAÇÃO QUANTO À SUJEIÇÃO DE PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....  | 6  |
| 4.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE ACORDO COM O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA .....                          | 7  |
| 4.2. ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DA PROBABILIDADE DE EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE A QUE SE REFERE O N.º 6 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA ..... | 8  |
| 5. CONCLUSÕES.....   | 11 |

## 1. INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Viseu, na sua reunião pública realizada no dia 23 de março de 2017, deliberou autorizar o desenvolvimento procedimental de alteração do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia - (UOPG 1.5), nos termos do artigo 76.º conjugado com o artigo 118.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A integração da avaliação ambiental nos procedimentos de elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial, tem como objetivo assegurar que os eventuais efeitos negativos sobre o ambiente das opções do plano sejam previamente identificados e mitigados.

O presente relatório visa ponderar sobre a necessidade de se proceder a avaliação Ambiental no âmbito da elaboração da 3.ª alteração do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, de acordo com as exigências do RJIGT, em articulação com o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A regulamentação da avaliação ambiental dos instrumentos de gestão territorial está consagrada no Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada, que estabelece o regime que determina a sujeição dos planos e avaliação ambiental.

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 78.º do RJIGT “*Os planos de urbanização e os planos de pormenor só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente ou nos casos em que constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a avaliação de incidências ambientais.*” e “*A qualificação dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, para efeitos do disposto no número anterior, compete à câmara municipal, de acordo com os critérios estabelecidos no*

*anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, podendo ser precedida de consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano.”*

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do RJAAE, os planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, deverão ser sujeitos a avaliação ambiental estratégica. Segundo o n.º 2 do mesmo artigo, cabe à entidade responsável pela elaboração do plano, ponderar, face aos termos de referência da alteração em causa, se este é, ou não, suscetível de enquadrar projetos que possam vir a ter efeitos significativos no ambiente.

Considerando o disposto nos diplomas referidos, importa proceder-se a uma análise sobre as implicações territoriais e ambientais que decorrem da proposta da 3.ª alteração do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, se esta alteração, constitui ou implica efeitos significativos sobre o ambiente. Compete à Câmara Municipal, como Entidade responsável, verificar qual a relação entre a proposta do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia e o regime de avaliação de impacte ambiental e a identificação de eventual ocorrência de impactes significativos.

Segundo o preâmbulo do RJAAE, esta ponderação deve ocorrer durante a fase de elaboração de um plano e antes da sua adoção. Nestes termos, procedeu-se a uma avaliação quanto ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, considerando os seguintes aspetos:

- Âmbito de aplicação do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada e;

- Análise e ponderação dos critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente a que se refere o n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada.

### 3. ANTECEDENTES

O Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, foi elaborado no âmbito do Programa polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

A área do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, encontra-se integrada no PDM de Viseu, na freguesia de Viseu, identificado pela UOPG 1.5 e, com uma área de 44,70ha.

O Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, foi objeto de publicação através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2003, no Diário da República, I SÉRIE-B, n.º 42, de 19 de fevereiro de 2003, com alteração por adaptação ao Plano de Pormenor - Aviso n.º 8348/2012, Diário da República, 2.ª série, n.º 118, de 20 de junho e aprovação da alteração ao Plano de Pormenor - Aviso n.º 3145/2013, Diário da República, 2.ª série, n.º 44, de 4 de março de 2013.

A decisão de elaboração da 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, foi aprovada pela CMV, na sua reunião pública realizada a 23.03.2017, publicada sob o Aviso n.º 7779/2017, do Diário da República n.º 131, 2.ª série, de 10/07.

Esta proposta de alteração ao Plano de Pormenor (conforme indicado na planta 01 - Planta Indicativa das Alterações), contempla genericamente as seguintes alterações:

a.) - Alteração de uma área de verde privado para área destinada a estacionamento, no logradouro do n.º 49 da Rua Silva Gaio;

b.) - Anulação da Unidade de Execução / UE7 face à redefinição dos limites da propriedade e alteração do uso previsto para a parcela 83, de equipamento hoteleiro, para uso misto, sendo ainda reconfigurada a implantação e adotada uma volumetria compatível com a envolvente (2 pisos);

c.) - Atualização dos limites da parcela 72 - Estacionamento da Estação Superior do Funicular.

d.) - Reconfiguração da parcela 86, afeta ao Centro de Mobilidade de Viseu, por exigências funcionais relacionadas com a ampliação do mesmo, ficando incluídas nesta parcela, as anteriores parcelas 13, 14 e 15, bem como uma área verde de uso público.

#### **4. PONDERAÇÃO QUANTO À SUJEIÇÃO DE PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL**

Considerando que os eventuais efeitos de um Plano de Pormenor sobre o ambiente resultam essencialmente da proposta de alteração ao Plano de Pormenor, refere-se a este propósito, se mantém os usos previstos no PDM em vigor.

Tendo presente a Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo do PDM, a área do Plano de Pormenor, encontra-se classificada como solo urbano, nas categorias de “Espaços residenciais”, afetos a planos de pormenor eficazes, (cartografado como UOPG 1.5), e uma pequena parte em “espaços de usos especiais” (EUE).

As alterações que se pretendem ao plano, não conflituam expressamente com as disposições do PDM, no que respeita à classificação e qualificação do solo estabelecida.

Sobre a área de intervenção do Plano de Pormenor, impendem as seguintes servidões de restrições de utilidade pública:

- Reserva Ecológica Nacional (REN) na tipologia "leitos dos cursos de água", na versão publicada através da Portaria n.º 167/2015, no DR n.º 108, 1.ª série, de 04/06;
- Domínio Hídrico;
- Património:
  - Edifício do antigo seminário, atual Museu Grão Vasco (Decreto n.º 9953, DG n.º 171, de 31-07-1924) e Zona Especial de Proteção (Portaria DG, II Série, n.º 42 de 19/02/1963);
  - Zona Especial de Proteção da Igreja da Misericórdia de Viseu, classificado como monumento de Interesse Público (Portaria n.º 690/2015, DR, 2.ª série, n.º 181, de 16/09);

- Rede Elétrica (15Kv);
- Sistemas de infraestruturas de águas residuais - Condutas.
- Área de Reabilitação Urbana de Viseu (Edital n.º 993/2015, DR n.º 215, 2ª série, de 3/11).

#### **4.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE ACORDO COM O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA**

De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua versão atualizada, estão sujeitos a avaliação ambiental:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projectos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção;*

Não se prevê a aprovação de projetos mencionados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, na sua versão atualizada.

Ao nível do modelo territorial a proposta de alteração ao plano, traduz-se em pequenas adaptações ao Plano de Pormenor em vigor, sem alterações da sua estrutura base e dos seus objetivos de acordo com a atual ocupação do solo do modelo de ordenamento expresso na planta de ordenamento do PDM em vigor, designadamente espaços residenciais.

- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de protecção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;*

O Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não incide nem produz efeitos sobre sítios da lista nacional de sítios, sítios de interesse comunitário ou zona especial de conservação ou zona de proteção especial, não estando sujeito a uma avaliação de

incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua versão atualizada.

***c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projectos e que sejam qualificados como susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente.***

A proposta da 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não prevê a aprovação de novos edifícios, para além do previsto no plano em vigor, pelo que se considera que estes não são suscetíveis de ter quaisquer efeitos no ambiente e no enquadramento da ocupação já prevista.

#### **4.2. ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DA PROBABILIDADE DE EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE A QUE SE REFERE O N.º 6 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA**

De acordo com o estipulado no n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, na sua versão atualizada, concretamente no seu anexo, detalha-se de seguida os critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente, a sua análise e ponderação no âmbito da execução da proposta do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, a saber:

**1. Critério: *Características dos planos e programas, tendo em conta, nomeadamente:*** Considerando os objetivos definidos na proposta da 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não se consideram aplicáveis as características dos impactes e da área suscetível de ser afetada, referidos no n.º 1 do anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho a sua versão atualizada, nomeadamente:

***“a) O grau em que o plano ou programa estabelece um quadro para os projectos e outras actividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afectação de recursos;”***

A proposta da 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, prevê a alteração pontual em quatro pequenas áreas, que de acordo com a sua natureza e funções existentes e a implantar, não assumem uma dimensão significativa.



***“b) O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;”***

A proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não cria influencia noutros planos ou programas de outra hierarquia, que possam ser considerados de grau que os subverta ou às condições por estes parametrizadas.

***“c) A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;”***

As alterações propostas, são numa zona já intervencionada, com ajustes construtivos pontuais, e numa perspetiva de valorização do centro histórico da cidade, com vista a promover a dinamização e melhor usufruição desta zona da cidade.

***“d) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa;”***

Não se aguardam quaisquer impactes ambientais assinaláveis na presente proposta de alteração ao plano, uma vez que os usos e atividades instaladas ou a instalar, já estão previstas no plano aprovado e em vigor e, não produzem problemas ambientais para o plano.

***“e) A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente.”***

A proposta de alteração ao Plano de Pormenor, cumprirá com a legislação aplicável em todas as matérias que se relacionem com a qualidade ambiental.

**2. Critério: Características dos impactes e da área susceptível de ser afectada, tendo em conta:**

Considerando os objetivos e a proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não se consideram aplicáveis as características dos impactes e da área suscetível de ser afetada, referidos no n.º 2 do anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho a sua versão atualizada, nomeadamente:

***“a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;”***

Tendo em conta as atividades e as tipologias das edificações existentes e a implantar, não existe impacte ambiental previsível.

***“b) A natureza cumulativa dos efeitos;”***

A clarificação deste aspeto, está efetuada também no ponto anterior, sendo que não se irão verificar quaisquer efeitos cumulativos nos impactes.

***“c) A natureza transfronteiriça dos efeitos;”***

Este ponto não tem aplicação, uma vez que a área de intervenção está circunscrita a uma área central da cidade de Viseu.

***“d) Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes;”***

Não tem aplicação.

***“e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população susceptível de ser afectada;”***

Não tem aplicação dado que, a proposta de intervenção não altera os objetivos do plano em vigor, nesta área central da cidade.

***“f) O valor e a vulnerabilidade da área susceptível de ser afectada, devido a:***

***i) Características naturais específicas ou património cultural;”***

O enquadramento das intervenções previstas neste Plano de Pormenor, quanto aos aspetos citados neste ponto, não põe em causa a aplicação da legislação específica sobre a matéria, não estando portanto em causa qualquer incidência sobre a mesma que não esteja devidamente salvaguardada na presente proposta de alteração ao Plano de Pormenor.

***“ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;”***

Em nenhuma das opções da proposta da 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, estão previstos parâmetros que contrariem as normas ou valores relativos a esta matéria.

***“iii) Utilização intensiva do solo;”***

Não se consubstancia na proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, nenhuma alteração de usos de solo ou outro parâmetro que venha a permitir ou autorizar qualquer uso intensivo do solo que possa provocar na área da sua aplicação qualquer afetação que este ponto pretende salvaguardar.

***“g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.”***

A proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não incide nem produz quaisquer efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.

## **5. CONCLUSÕES**

Considerando que,

- 5.1. A proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não prevê nem enquadra novos projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada;
- 5.2. Da mesma forma, também não se aplica o disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada, pois foi verificado a inexistência de sítio da lista nacional de sítios, sítio de interesse comunitário, zona especial de conservação ou zona de proteção especial, na proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, nos termos do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua versão atualizada;
- 5.3. No mesmo âmbito, da análise e ponderação dos objetivos estratégicos definidos para a proposta da 3.<sup>a</sup> alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, com critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente considerados no n.º 1 e n.º 2 do anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua versão atualizada, a que se refere o n.º 6

do artigo 3.º do referido diploma, também não se perspetiva quaisquer efeitos significativos no ambiente.

- 5.4. De acordo com o descrito no parecer da CCDRC (DOTCN 587/17, de 24.11.2017), sobre a qualificação do plano para efeitos de AAE, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do RJGT, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do RJAAE, *“a área de intervenção do Plano de Pormenor está integralmente classificada como solo urbano e as áreas objeto de alteração não abrangem áreas sensíveis e servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, designadamente REN ou RAN, entre outras, bem como áreas de risco. Face ao exposto e considerando ainda que estão em causa pequenas áreas e as alterações propostas se prendem, essencialmente, com opções de desenho urbano, de escassa relevância urbanística, não se enquadrando no disposto no n.º 1 do artigo 3º do RJAAE, pode concluir-se que as mesmas não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente. Em conclusão, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 120º do RJGT e no n.º 3 do artigo 3º do RJAAE, considera-se desnecessária a realização de um procedimento de AAE para a presente proposta de alteração.”*

Assim, face ao exposto anteriormente, o presente relatório de ponderação quanto à qualificação do Plano, para efeitos de Avaliação Ambiental, apresenta fundamentos para que a proposta da 3.ª alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, possa ser qualificada como não suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos e para efeitos do disposto nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 78.º do RJGT e no n.º 1 do artigo 3.º do RJAAE.